

## **MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009. 112 p.**

José Alexandre Silva\*  
Maria Antônia Marçal\*\*

O livro sobre o qual nos debruçamos é da autoria de Kabengele Munanga, Professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O autor faz parte do fenômeno, mencionado por Toyin Falola, de intelectuais africanos que se estabelecem em centros acadêmicos do Ocidente, os quais se tornam mais viáveis para a pesquisa da história da África do que nos próprios países africanos, ainda que não possamos afirmar que o Brasil tenha grande influência na composição de tal cenário (FALOLA, 2006, p. 183). Munanga também é uma das principais referências teóricas para as reflexões sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Brasil atual.

Desde 2003, quando o Presidente Lula sancionou a Lei nº 10.639, vários títulos dedicados à história afro-brasileira e africana têm surgido no mercado editorial brasileiro. O conteúdo da referida lei torna obrigatório o ensino de História Africana e Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas e particulares de nosso país. Nesse sentido, ela cria uma demanda de materiais que sirvam de subsídio para professores da Educação Básica, alunos de graduação e a quem mais interessar. Uma das formas em que o mercado editorial vem respondendo a essa necessidade é trazendo ao público livros de caráter introdutório, como é o caso da obra resenhada.

A conquista dos movimentos negros, representada pela Lei nº 10.639, ao nosso ver, passa por alguns dilemas. Embora determinadas unidades da federação, organizadas com suas Secretarias de Educação, oficialmente, possuam discursos no sentido de efetivar a lei, ainda não se pode afirmar que ela seja de fato levada a seu objetivo final, ou seja, à sala de aula. Quando se fala de história africana, logo nossas lembranças escolares remetem à história da escravidão, com as imagens de negros em ambiente de trabalho ou sendo açoitados. Pensando na história da África, o conteúdo escolar mais recorrente é o das navegações do século XVI, quando portugueses e holandeses contornam o continente. Essa

---

\* Mestrando em Educação do PPGE-UEPG. E-mail: <sjosealexandre@ymail.com>

\*\* Professora da SEED-PR e do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE). Mestre em Educação pela UEPG. E-mail: <ariammarcal@yahoo.com.br>

visão repousa na representação do dominador europeu, “civilizado” e possuidor de um aparato tecnológico mais sofisticado. Em contrapartida, temos a representação do africano submisso, colonizado e destituído de objetos que remetem à ideia de tecnologia. Assim, a imagem mais difundida do continente africano é a de um obstáculo.

Ao longo do tempo, esses elementos presentes nos materiais escolares e nas salas de aula se cristalizaram em nosso imaginário. Romper com a narrativa do negro vitimizado, vindo de um lugar desconhecido, pode ser um passo essencial para que os afrodescendentes se assumam como tal. Entretanto, também é importante lembrar que construir narrativas nas quais africanos e afro-brasileiros figurem de forma digna não significa fomentar ódio racial ou um país cindido entre brancos e negros. Nosso país é composto por várias etnias, e cada uma ter sua história não implica animosidade entre elas. Desta forma, os livros de cunho introdutório têm o objetivo de apresentar a cultura africana e afro-brasileira decodificando-a e entendendo-a tanto nos aspectos de ordem geográfica como nos históricos e culturais.

No capítulo 1, o autor considera necessário tratar das divisões geopolíticas do continente, seus países e mapas de diversos momentos históricos da África. No capítulo 2, o continente africano é abordado pelo autor a partir dos termos diversidade e unidade. A diversidade se dá nos aspectos biológicos e antropológicos. Para demonstrar a diversidade étnica existente no continente africano o autor enfatiza que ao norte do Saara tem-se o grupo árabe berbere; ao sul, o grupo negroide, que o autor subdivide em 5 subgrupos: os melano-africanos, os San ou bosquímanos, os khoi-khoi ou hotentotes, os pigmeus e os etíopes. A descrição de cada um dos grupos é seguida de fotos que os ilustram. No que concerne à diversidade linguística, o autor destaca quatro famílias: a afro-asiática, a khoi-khoi, a nilo-saariana e a níger-cordofaniana. O texto do capítulo é encerrado com uma análise muito interessante na qual o autor expõe os elementos pelos quais considera que a África negra, apesar de sua diversidade cultural e étnica forma uma unidade, uma africanidade. Depois de fazer uma explanação sobre casamento, família, organização política, sistemas de crenças e visões de mundo, o autor usa o rosto humano como metáfora para explicar o conceito de africanidade como rosto cultural que a África oferece ao mundo:

Intuição global de vida concreta africana, análise das obras, das instituições, das idéias, visões de mundo, reivindicação da negritude, ação política do pan-africanismo convergem para o mesmo fato: a África ao sul do Saara é culturalmente uma. Essa comunidade cultural é a africanidade, ou seja, a configuração própria à África de diversas tradições que podemos encontrar paralelamente alhures. Todos os rostos humanos são constituídos dos mesmos componentes: narizes, olhos, lábios, bocas, etc., em que esses componentes

podem ser encontrados idênticos em diversos rostos; mas a combinação desses traços idênticos forma o rosto único. A africanidade é esse rosto cultural único que a África oferece ao mundo (MUNANGA, 2009, p. 36-37).

Se por um lado temos que reconhecer a África em toda a sua diversidade, por outro, Munanga salienta que as formas culturais (esculturas) e a diversidade de idiomas possuem traços comuns que as diferenciam de outras esculturas e outras línguas que não são africanas. Por outro lado, a experiência da diáspora e as ações de resistência alinhavaram um sentimento de pertença mais amplo que o experienciado pelos africanos. O sentimento de pertença relatado por Munanga está relacionado à historicidade, às ações de liberdade, ao sentimento de desenraizamento.

No capítulo 3 observa-se a ênfase nos aspectos históricos. Assim, o continente africano é tomado como berço da humanidade e produtor de sociedades complexas na antiguidade, como a egípcia e a cuxita e, posteriormente, de impérios, como Gana e Mali. Outra aposta do autor são as descrições físicas e geopolíticas do continente, além das paisagens naturais e dos tipos humanos. Também é de suma importância a noção segundo a qual, desde fontes da antiguidade grega e romana até dos séculos XV ao XVI, período das navegações portuguesas, termos como “África”, “africanos” e “negros” são criados e difundidos por observadores externos para denominar regiões e populações diferentes dos padrões ocidentais. Tais descrições evocam imagens que associam o continente africano ao bestiário, figuras monstruosas e lugares inóspitos. Para contrapor-se a esta idéia, Munanga descreve as antigas civilizações da África: a egípcia, a axumita, os impérios de Gana, Mali, Songai, Kanem-Bornu e Monomotapa, as cidades iorubás Ifé e Benim, os reinos de Abomé, Achanti e Congo. Na análise da trajetória de cada unidade política também se leva em conta os imbricamentos com os fatos ocorridos no Ocidente.

O capítulo 4 trata das consequências do tráfico e da escravidão para a África. O autor discorre sobre o tráfico oriental datado dos séculos VI ao XVI e o tráfico ocidental dos séculos XVI ao XIX. Trata também da escravidão na África Tradicional para fundamentar sua opinião sobre a tragédia do tráfico negro. Na sua visão, a escravidão tradicional africana tinha elementos que não foram adotados nas Américas nem nos países árabes. Esse tópico é relevante, pois no atual debate sobre ações afirmativas, que beneficiam afrodescendentes, em países como o Brasil, a escravidão que existia na África é utilizada como argumento para deslegitimar essas políticas.

O tráfico negro instalou-se na África a partir de uma intervenção externa, árabe e ocidental, que ultrapassou o continente. Por isso, não podemos aceitar a tese de um sistema escravista africano que justificaria e legitimaria as

formas de escravidão que deram origem às primeiras diásporas africanas historicamente conhecidas. Sem dúvidas alguns dirigentes africanos dos séculos XVI ao XIX entraram nesses circuitos e tráfico humano como fornecedores de mercadoria humana num mercado internacional sobre o qual não tinham nenhum controle. Alguns até enriqueceram tornando seus reinos potentes e armados [...] Mas, o que deve estar em questionamento crítico, não são os homens, os continentes ou os países que se envolveram com o tráfico, mas o sistema escravista e o tráfico que o alimentava, o qual hoje é considerado uma das maiores tragédias da história da humanidade. (MUNANGA, 2009, p. 90).

No capítulo 5, o autor descreve as contribuições trazidas pelos africanos que povoaram o Brasil e identifica as principais áreas da África onde foram capturados os africanos escravizados no Brasil. Descreve também processos de resistência como o aquilombamento implementado pelos bantos. Além do vocabulário e da culinária também menciona a contribuição africana no quesito religioso tratando das irmandades e confrarias religiosas. Foi no âmbito da confraria de Nossa Senhora do Rosário, concedida aos negros bantos, que os reis do Congo eram eleitos e coroados, ritual que hoje faz parte da cultura popular brasileira. Menciona ainda elementos da cultura material como instrumentos musicais e esculturas. No âmbito da cultura imaterial existe uma infinidade de danças e músicas que fazem parte do legado africano.

O último elemento que compõe a obra é um glossário, que, além de conter o significado de termos de origem afro-brasileira e africana, tem a nítida intenção de auxiliar os leitores no que tange aos conceitos específicos da História Africana. O livro também é recheado de mapas, fotos e ilustrações dispostos em cada capítulo - sem dúvida um recurso importante para seu caráter introdutório. Entre os vários títulos semelhantes que têm proliferado nas editoras, essa obra tem a vantagem de ter sido escrita por um africano que escolheu o Brasil como lar. Contudo, não traz a perspectiva de dizer o que aconteceu no novo mundo com aqueles que foram tirados de sua terra contra a própria vontade. Talvez este silenciamento seja no sentido de romper a visão estereotipada do negro associado à escravidão, oferecendo aos leitores uma possibilidade de olhar para as nossas origens, de conhecê-las mais de perto.

Desde o título “Origens africanas do Brasil contemporâneo”, o livro não fala sobre o processo a ressignificação cultural dos africanos na América. Na verdade, a americanização dos africanos é um tema pouco considerado no contexto de surgimento da Lei 10.639. As iniciativas do mercado editorial e as variadas formas que as Secretarias de Educação vêm tentando implementar a lei, certamente estão dando uma ampla contribuição para a valorização da história afro-brasileira e a construção de uma história menos eurocêntrica. Entretanto, Correia (2008) defende a tese de que existe um presentismo negro se consolidando em nosso

país, no contexto da Lei 10.639, como um regime de historicidade, conceito desenvolvido por François Hartog. Esse regime de historicidade se consolida no tripé patrimônio, memória e comemoração, tópicos que o autor desenvolve em seu pequeno ensaio. Vale a pena reproduzir um trecho de seu texto:

[...] a americanização dos afro-descendentes não aparece contemplada na lei 10.639/03 que torna obrigatória a temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial de ensino. Em nenhum parágrafo ou artigo dessa lei, há menção sobre a obrigatoriedade do ensino das experiências afro-americanas. No esteio da lei, uma série de livros didáticos tem sido publicada. Nestes livros, a história afro-americana é limitada a sua versão brasileira. As experiências afro-americanas no México, Cuba, República Dominicana, Haiti, Suriname, Jamaica e nos demais países latino-americanos são completamente ignoradas pela nova orientação afro-brasileira do ensino em história. [...] este Brasil africano contrasta com um Brasil europeu e camufla um Brasil americano. As experiências afro-americanas de grupos cimarrões, como palenques, em Colômbia, cumbes, na Venezuela, maroons, na Jamaica e Suriname poderiam servir ao estudo comparativo com os quilombos no Brasil. Os garifunas da Guatemala e Belize também poderiam servir ao estudo comparativo das identidades híbridas afro-americanas (CORREA, 2008, p. 274-275).

Evidentemente, a crítica feita por Correia não ofusca os benefícios conquistados pela população negra brasileira de ter sua história presente nos currículos escolares de forma mais equitativa. Entretanto, chama a atenção para o fato de que essa população que foi trazida para o novo mundo, a contragosto, além de ter mantido e usado as tradições africanas como elementos de resistência e manutenção de suas identidades, também por resistência e/ou outros motivos, teve de criar outras identidades, neste caso específico, a de afro-americanos.

## Referências

- CORREA, S. M. de S. Presentismo negro: um tópico subjacente na história afro-brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 257-285, jul. 2008.
- FALOLA, T. Entrevista com Toyn Falola. *Revista Tempo*, Niterói, v. 10, n. 20, jan. 2006.